

Aula 6

REVOLUÇÃO DE 1848 NA FRANÇA

META

Analisar as revoluções de 1848 como marco do movimento revolucionário iniciado em 1789, na França.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
Destacar o fortalecimento da burguesia e o início do processo de organização dos trabalhadores.
Estimular o interesse pelo conhecimento da onda revolucionária para além da França.
Indicar bibliografia para estudo complementar das ondas revolucionárias.

Lenalda Andrade Santos

INTRODUÇÃO

“A primeira metade do século XIX, na Europa, assistiu a uma série de novas revoluções burguesas. Conforme destaca o historiador inglês Hosbbawm, foram “ondas revolucionárias” que varreram a Europa, destacando-se as de 1830 e 1848.

Importa lembrar que, em 1815, após a queda de Napoleão Bonaparte, os reacionários governos europeus tentaram dar uma nova feição à Europa. No entanto, as decisões do Congresso de Viena pecaram pela superficialidade. A burguesia europeia irá desmontar todo o edifício da reação, principalmente em 1830 e 1848. É fundamental, no entanto, verificar que as transformações econômicas e sociais ocorridas até aquele momento, levavam para a cena política os novos quadros do proletariado. E, desta forma, as lutas burguesas tinham dois alvos concretos: de um lado a aristocracia do Antigo Regime, de outro, o proletariado.

1830 assinala a derrota da aristocracia. Os decênios seguintes verão a ascensão da burguesia e sua consolidação no poder. Já 1848 assinala a derrota do proletariado. O movimento da luta operária experimentará então um descenso, vindo a manifestar-se com mais intensidade apenas em 1871, com a Comuna de Paris. Esta última assinala, sem dúvida, o fim do ciclo de revoluções burguesas e o início de um novo ciclo, o das revoluções proletárias”. (Marques, Berutti e Faria, 1990,p.62).



“Sobre as barricadas, a Liberdade. Em seu famoso quadro, Delacroix mostra a revolta do povo parisiense no ano de 1830” (*Grandes Personalidades da História Universal*, vol. IV, 1972, p. 943).

AS ONDAS REVOLUCIONÁRIAS

“Houve três ondas revolucionárias principais no mundo ocidental entre 1815 e 1848. (A Ásia e a África permaneciam até então imunes...) A primeira ocorreu em 1820-24. Na Europa, ela ficou limitada principalmente ao Mediterrâneo, com a Espanha (1820), Nápoles (1820) e a Grécia (1821) como seus epicentros. Fora a grega, todas essas insurreições foram sufocadas (...).

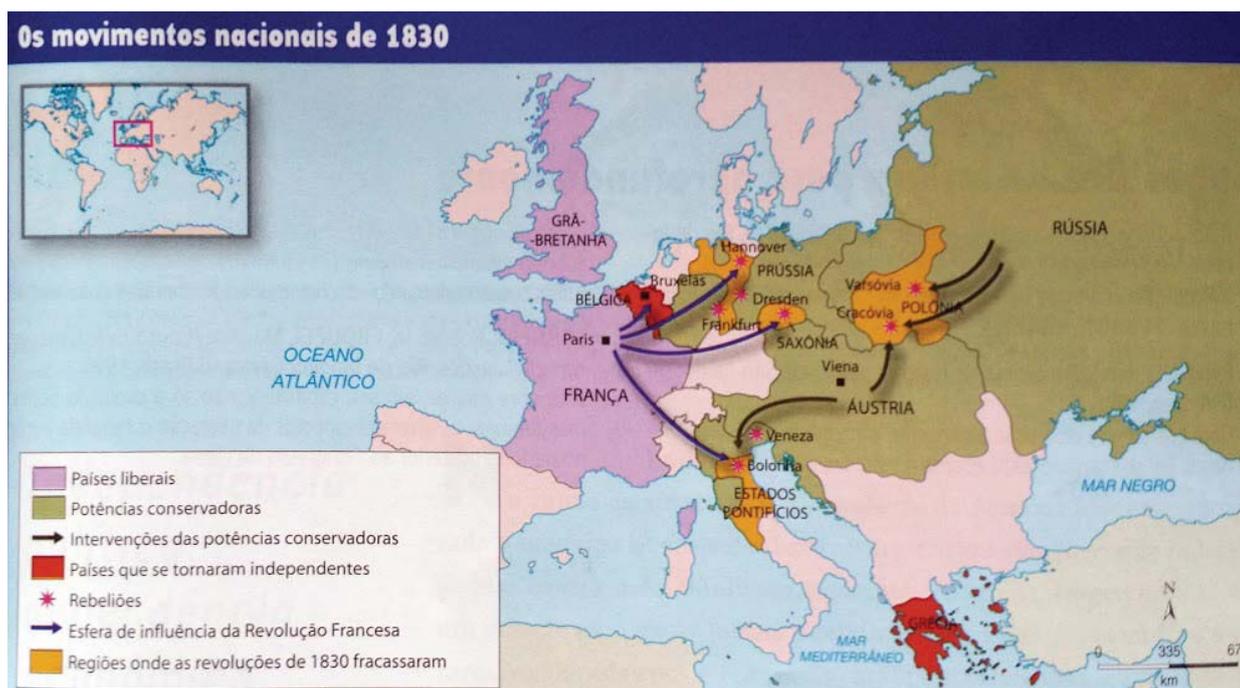
A segunda onda revolucionária ocorreu em 1829-34, e afetou toda a Europa a oeste da Rússia e o continente norte-americano, pois a grande época de reformas do presidente Andrew Johnson (1829-37), embora não diretamente ligada aos levantes europeus, deve ser entendida como parte dela. Na Europa, a derrubada dos Bourbon na França estimulou várias outras insurreições. Em 1830, a Bélgica conquistou sua independência da Holanda; em 1830-31, a Polônia foi subjugada após consideráveis operações militares, várias partes da Itália estavam agitadas, o liberalismo prevalecia na Suíça..., enquanto se abria um período de guerras na Espanha e em Portugal. Até mesmo a Grã-Bretanha foi afetada, graças em parte à erupção do seu vulcão local, a Irlanda, que garantiu a Emancipação Católica em 1829 e o reinício da agitação reformista (...).

A onda revolucionária de 1830 foi, portanto, um acontecimento muito mais sério do que a de 1820. De fato, ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos 50 anos seria a “grande burguesia” de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis, aceita por uma aristocracia que se apagou ou que concordou em promover políticas primordialmente burguesas, ainda não ameaçada pelo sufrágio universal, embora molestada por agitações externas causadas por negociantes insatisfeitos ou de menor importância, pela pequena burguesia e pelos primeiros movimentos trabalhistas (...).

Por trás destas grandes mudanças políticas estavam grandes mudanças no desenvolvimento social e de todas as datas entre 1789 e 1848, o ano de 1830 é o mais obviamente notável. Ele aparece com igual proeminência na história da industrialização e da urbanização no continente europeu e nos Estados Unidos, na história das migrações humanas, tanto sociais quanto geográficas, e ainda na história das artes e da ideologia (...).

A terceira e maior das ondas revolucionárias, a de 1848, foi o produto desta crise. Quase que simultaneamente, a revolução explodiu e venceu (temporariamente) na França, em toda a Itália, nos Estados alemães, na maior parte do império dos Habsburgos e na Suíça (1847). De

forma menos aguda, a intranquilidade também afetou a Espanha, a Dinamarca e a Romênia; de forma esporádica, a Irlanda, a Grécia e a Grã-Bretanha. Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos do que esta conflagração espontânea e geral... O que em 1789 fora o levante de uma só nação era agora, assim parecia, “a primavera dos povos” de todo um continente”. (Hobsbawn, 1977, p. 127/130).



Carta das revoluções de 1830 na Europa. (Costa e Mello, 2008, p. 349).

AS CAUSAS DAS REVOLUÇÕES DE 1848

“O ano de 1848 foi chamado por alguns historiadores de “a esquina do mundo”, em razão das mudanças nele ocorridas. As revoluções de 1848 podem ser vistas como um prolongamento da Revolução Francesa de 1789, pois com elas os burgueses consolidaram seu poder em diversos países da Europa, mas marcam também a presença do proletariado como força política organizada.

Diversos fatores – políticos, econômicos, sociais e ideológicos – contribuíram para a eclosão das revoluções de 1848.

Uma forte crise econômica teve início no continente europeu em 1842 e se aprofundou em 1845 e 1846. A seca e as pragas foram responsáveis por uma série de péssimas colheitas que atingiram as plantações de batata. As dificuldades do setor agrícola provocaram a ruína de muitos camponeses e o aumento de preços dos produtos, atingindo também as indústrias,

que tiveram uma superprodução devido à ausência do poder aquisitivo da população para comprar os produtos industrializados. Generalizaram-se as falências, as greves e o desemprego.

A crise também era política. Na França, o governo burguês do rei Luís Filipe não dava margem à participação popular na vida política. Entre os anos de 1830 e 1850, o proletariado cresceu consideravelmente. Em Lyon, os proletários protagonizaram algumas revoltas que, contudo, foram reprimidas firmemente pelas autoridades. Eles reivindicavam o direito de greve, a redução da jornada de trabalho e melhores condições de vida.

Na Confederação Germânica e na Península Itálica a situação era diferente, pois a principal reivindicação burguesa era a unificação nacional. Outra reivindicação importante era a formação de governos constitucionais. Essa reivindicação recebia também o apoio do proletariado, que, nessas regiões, ainda estava nascendo. No plano social, o principal fator era a ascensão do proletariado industrial. No plano ideológico, notava-se o desenvolvimento de um forte sentimento nacionalista, que, coexistindo com as ideias de democracia e liberalismo, por diversas vezes tornou-se a mola propulsora das lutas populares.

A REVOLUÇÃO NA FRANÇA

Luís Filipe, que ascendeu ao trono francês em 1830, representava o setor mais rico da burguesia. Em seu governo houve poucos progressos sociais: o direito de voto não foi ampliado, a imprensa continuava censurada e a oposição era reprimida. Nesse período, os franceses conseguiram um desenvolvimento industrial acelerado, fortalecendo os empresários e comerciantes. Porém, a situação dos operários era de extrema miséria, recebendo baixos salários e trabalhando mais de 14 horas por dia. As tensões sociais, assim, cresciam.

A oposição a Luís Filipe organizou-se em vários partidos: o Legitimista, formado pela nobreza que queria restaurar a dinastia Bourbon; o Bonapartista, formado pela pequena burguesia ligada a Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão; o Socialista, composto por parcelas da classe operária e o Republicano, apoiado pela classe média e os profissionais liberais.

A situação de descontentamento agravou-se quando Luís Filipe nomeou o político de posições conservadoras, François Guizot, para primeiro-ministro. Em 1847, os grupos de oposição, proibidos de promover manifestações políticas, reuniram-se em banquetes para discutir propostas de reformas. Essa forma de reunião era uma tentativa de burlar a repressão.

A oposição marcou para o dia 22 de fevereiro de 1848 um grande banquete que contaria com a presença de representantes oposicionistas de todas as partes da França, para protestar contra a corrupção do governo. Guizot, contudo, impediu sua realização. A população parisiense rebelou-se. Foram três dias de luta nas barricadas. No dia 24 de fevereiro, Luís Filipe foi sucedido por um governo provisório que proclamou a República.

Constituído por republicanos, socialistas e bonapartistas, o governo provisório assinalou o início da chamada Segunda República na França (a primeira foi de 1792 até 1804). O novo governo era presidido pelo poeta Lamartine, um republicano liberal. Ao governo provisório competia realizar eleições para a Assembleia Constituinte, que deveria redigir a nova constituição francesa. Sob a pressão dos trabalhadores, foram criadas as oficinas nacionais, espécie de fábricas do Estado destinadas a dar trabalho aos numerosos desempregados. As camadas populares urbanas reivindicavam ainda instauração de uma república social que garantisse o direito de trabalho a de greve, bem como limitasse a duração da jornada de trabalho.

O chamado “período de fevereiro” (24 de fevereiro a 4 de maio de 1848) pode ser considerado o prólogo da revolução, pois tudo o que fora realizado teve caráter provisório. A burguesia era quem comandava esse processo, mas contava com o apoio do proletariado. Porém, cada partido interpretava o conteúdo da recém-proclamada República a seu modo. Como fora conquistado principalmente pelo proletariado urbano de Paris, embora estivesse sob o controle burguês, esse regime denominou-se República Social.



Estados e nacionalidades na Europa, em 1848. (Costa e Mello, 2008, p. 398).

LUÍS NAPOLEÃO BONAPARTE

A Assembleia Constituinte eleita em 1848 tinha uma maioria de republicanos moderados, representantes da burguesia industrial, eleitos com os votos dos pequenos proprietários rurais conservadores. Os operários dos partidos socialistas, temendo que suas reivindicações não fossem atendidas, retomaram as manifestações. A comissão executiva que substituiu o governo provisório decretou o fechamento das oficinas nacionais. Esse

fato desencadeou uma insurreição operária em Paris, que acabou sendo esmagada pela Guarda Nacional. Três mil rebeldes foram fuzilados e quinze mil, deportados para colônias francesas.

A Assembleia Constituinte redigiu uma Constituição e marcou as eleições presidenciais para 10 de dezembro de 1848, nas quais os principais candidatos eram o general Cavaignac e Luís Napoleão Bonaparte. Durante todo o ano, Luís Bonaparte organizou uma coligação de diversas facções políticas sob o nome de Partido da Ordem. Aproveitando-se do nome do tio, angariou a simpatia do povo francês e venceu as eleições com 73% dos votos.

O Partido da Ordem encontrava-se, assim, de posse do poder Legislativo, em suma, de todo o poder estatal. Contudo, muitas eram as divergências internas entre esses partidários, o que acabou implicando inúmeros conflitos.

Em 1849, então, foram realizadas eleições para o Legislativo, saindo vitoriosos os monarquistas, que elegeram 450 deputados em um total de 750. Estabeleceu-se uma situação de conflito entre o presidente e a maioria da Assembleia. Em 1851, a Assembleia recusou uma mudança na Constituição, que permitiria a reeleição do presidente. Esse fato serviu de pretexto para um golpe de Luís Napoleão Bonaparte, que dissolveu a Assembleia Legislativa. Em 1852, Luís Bonaparte convocou um plebiscito no qual, com aprovação de 95% da população, assumiu o título de Napoleão III, imperador dos franceses. Com a coroação de Luís Napoleão Bonaparte, substituiu-se a Segunda República pelo Segundo Império (o primeiro foi de 1804 a 1815)”.(Costa e Mello, 2008, p. 398/400)



Assembleia Nacional proclama a II República na França, em 1848 (*Grandes Personagens da História Universal*, vol. IV, 1972, p.775).

A ONDA REVOLUCIONÁRIA DE 1848

“Teoricamente, a França de Luís Felipe devia ter partilhado da flexibilidade política da Grã-Bretanha, da Bélgica, da Holanda e dos países escandinavos. Na prática, isto não aconteceu, pois embora fosse claro que a classe governante da França – os banqueiros, financistas e um ou dois grandes industriais - representava somente uma parcela dos interesses da classe média e, além disso, uma parcela cuja política econômica não era apreciada pelos elementos industriais mais dinâmicos, bem como pelos diversos velhos resíduos feudais, a lembrança da Revolução de 1789 se constituía em um obstáculo para a reforma. A oposição consistia não só de uma burguesia descontente, mas também de uma classe média inferior politicamente decisiva, especialmente em Paris (que votou contra o governo a despeito do restrito sufrágio de 1846). Aumentar o direito de voto poderia dar uma abertura aos jacobinos em potencial, os radicais que, ao menos para o veto oficial, eram revolucionários. O primeiro ministro de Luís Felipe, o historiador Guizot (1840-48), preferiu assim deixar o alargamento da base social do regime ao desenvolvimento econômico, que automaticamente aumentaria o número de cidadãos com qualificação (de proprietário) para entrar na política. De fato isto aconteceu. O eleitorado subiu de 170 mil, em 1831, para 241 mil, em 1846. Porém, isto não era o suficiente. O medo da república jacobina manteve rígida a estrutura política francesa, e a situação política se tornou cada vez mais tensa. Nas condições da Inglaterra, uma campanha política pública, através de discursos de banquetes, como a campanha lançada pela oposição francesa em 1847, teria sido perfeitamente inofensiva. Sob as condições francesas, ela foi o prelúdio da revolução.

Como as outras crises na política da classe governante europeia, coincidiu com uma catástrofe social: a grande depressão que varreu o continente a partir da metade da década de 1840. As colheitas - e em especial a safra de batatas – fracassaram. Populações inteiras como as da Irlanda, e até certo ponto também as da Silésia e Flandres, morriam de fome. Os preços dos gêneros alimentícios subiam. A depressão industrial multiplicava o desemprego, e as massas urbanas de trabalhadores pobres eram privadas de seus modestos rendimentos no exato momento em que o custo de vida atingia proporções gigantescas. A situação variava de um país para outro e dentro de cada um deles, e – felizmente para os regimes existentes – as populações mais miseráveis, como as da Irlanda e de Flandres, ou alguns dos trabalhadores de fábricas nas províncias encontravam-se entre as pessoas politicamente menos maduras: os empregados da indústria algodoeira do norte da França, por exemplo, vingavam-se de seu desespero nos igualmente desesperados imigrantes belgas que invadiam aquelas regiões, em vez de se vingarem contra o governo ou mesmo contra os empregadores. Além do mais, no mais industrializado dos países, a pior situação de descontentamento fora embolada pelo grande avanço na construção ferroviária e industrial

da metade da década de 1840. Os anos de 1846-8 foram maus, mas não tão maus como os de 1841-2, e o mais importante é que foram apenas uma pequena depressão no que era agora, visivelmente, uma inclinação ascendente de prosperidade econômica. Porém, tomando-se a Europa Ocidental e Central como um todo, a catástrofe de 1846-8 foi universal e o estado de ânimo das massas, sempre dependente do nível de vida, era tenso e apaixonado”. (Hobsbawm, 1977, p. 330/32)

REINVINDICAÇÕES DO PARTIDO COMUNISTA NA ALEMANHA, EM 1848

O documento abaixo foi escrito por Marx e Engels, em março de 1848, e teria a finalidade de servir como programa político da Liga Comunista em sua atuação na Revolução que se iniciara naquele país. É interessante observar que este programa foi escrito um mês depois da elaboração do “*Manifesto Comunista*” e começa pela famosa conclamação que encerrou aquele documento. Também importa observar a preocupação com a unificação alemã, uma vez que essa região ainda não conseguira completar a sua formação, o que, aliás, só seria conseguido em 1870.

“Proletários de todos os países, uni-vos”!

1. Toda Alemanha será declarada uma república uma e indivisível.
2. Todo alemão de 21 anos de idade será eleitor e elegível, desde que não tenha sofrido nenhuma condenação criminal.
3. Os representantes do povo serão remunerados, a fim de que também o trabalhador possa tomar assento no parlamento do povo alemão.
4. Armamento geral do povo. No futuro os exércitos serão, ao mesmo tempo, exércitos de trabalhadores, assim o exército não apenas consumirá como antes, mas produzirá ainda mais do que o montante dos seus custos de manutenção. Isso é, além de tudo, um meio para a organização do trabalho.
5. A administração da justiça será gratuita.
6. Todos os encargos feudais, todos os tributos, corveias, dízimos etc., que até agora têm pesado sobre a população rural, serão abolidos sem qualquer indenização.
7. As terras dos príncipes e as outras propriedades feudais da terra, todas as minas, jazidas etc., serão transformadas em propriedade do Estado. Nessas propriedades rurais será praticada a agricultura em larga escala, e com os meios auxiliares mais modernos da ciência em proveito da coletividade.
8. As hipotecas sobre terras camponesas serão declaradas propriedades do Estado. Os juros dessas hipotecas serão pagos pelos camponeses ao Estado.
9. Nas regiões onde o sistema de arrendamento é desenvolvido, a renda da terra ou o arrendamento será pago ao Estado na forma de imposto. (...).
10. Todos os bancos privados serão substituídos por um banco estatal, cujo papel moeda terá curso legal. (...).

11. O Estado tomará em suas mãos todos os meios de transporte: ferrovias, canais, navios a vapor, estradas, correios etc. Serão transformados em propriedades do Estado e postos gratuitamente à disposição da classe privada de meios.

12. Na remuneração de todos os funcionários estatais não haverá nenhuma outra diferença do que esta: os funcionários com família, portanto com maiores necessidades, receberão também um salário maior que os restantes.

13. Completa separação entre Estado e Igreja. Os sacerdotes de todas as confissões serão pagos exclusivamente pela sua comunidade voluntária.

14. Restrição do direito de herança.

15. Introdução de altos impostos progressivos e abolição dos impostos de consumo.

16. Construção de oficinas nacionais. O Estado garante a existência de todos os trabalhadores e provê os inaptos para o trabalho.

17. Educação geral e gratuita do povo.

É do interesse do proletário alemão, da pequena burguesia e dos pequenos camponeses trabalhar com toda energia na positivação dessas medidas. Somente através de sua efetivação, os milhões, que até agora são explorados na Alemanha por poucos, que procurarão continuar a mantê-los em opressão, podem atingir seus direitos e o poder, que lhes pertence como produtores de todas as riquezas.

O Comitê

Karl Marx, Karl Schapper, H. Bauer, F. Engels, J. Moll, W. Wolff.
(Marques, Berutti e Faria, 1990, p. 70/72)



Cartaz suíço divulga convocação feita por Marx: “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos” (Costa e Mello, 2008, p. 395).

“MANIFESTO COMUNISTA”: 1848

“Todos os movimentos, até o presente, foram realizados por minorias ou no interesse de minorias. O movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria no interesse da imensa maioria. O proletariado, a camada inferior da sociedade atual, não pôde levantar-se, erguer-se sem fazer explodir toda a superestrutura das camadas que formam a sociedade oficial (...).

Todas as sociedades passadas repousavam – nós o vimos – sobre o antagonismo das classes opressoras e das oprimidas.

Mas para poder oprimir uma classe, é preciso assegurar-lhe condições no quadro das quais ela possa pelo menos arrastar sua existência de escravo. Na “servagem” o servo é, por seus esforços, elevado à posição de membro da comuna, como sob o absolutismo feudal o pequeno burguês transformou-se em burguês. O operário moderno, ao contrário, em vez de se erguer com o progresso da indústria, desce cada vez mais abaixo das condições de sua própria classe. O operário torna-se um pobre, e o pauperismo se desenvolve ainda mais depressa do que a população e a riqueza. Daí se segue, nitidamente, que a burguesia é incapaz de permanecer ainda muito tempo a classe dominante da sociedade e de impor à sociedade, como regra e como lei, as condições de existência de sua classe. Ela é incapaz de dominar, porque é incapaz de assegurar a seu escravo a própria existência no quadro de sua escravidão, porque é forçada a deixá-lo descer a uma condição onde o deve nutrir em lugar de ser nutrida por ele. A sociedade não pode mais viver sob a burguesia; em outras palavras, a existência da burguesia não é mais compatível com a sociedade.

A existência e a dominação da classe burguesa têm por condição essencial a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o crescimento do capital; e a condição do capital é o salário. O salário repousa exclusivamente sobre a concorrência dos operários entre si. O progresso da indústria, da qual a burguesia é o agente sem vontade nem resistência, substitui, ao isolamento dos operários, sua união revolucionária pela associação.

Com o desenvolvimento da grande indústria, a burguesia vê, pois, fugir-lhe sob os pés o próprio fundamento sobre o qual ela produz e se apropria dos produtos. Ela produz, antes de mais nada, seus próprios coveiros.

A queda da burguesia e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis”. (Mattoso, 1977, p. 93/94).

CONCLUSÃO

“O ano de 1848, em que a maioria dos povos europeus se rebelou em uníssono, mostrou que, não obstante o caráter específico de cada país, todos eles tinham algo em comum. Tornara-se impossível escrever a história de um povo sem considerar a de todos os outros. Revolução Francesa e Revolução Industrial constituíram-se no denominador comum para a vida europeia do século XX. Liberalismo, parlamento, fábrica, comércio exterior, nação e socialismo são as palavras-chaves que designam as tendências profundas daquela época.

Com a Revolução Industrial surgem novos tipos de guerra: a guerra industrial e as guerras coloniais. O mais terrível e sangrento conflito do século XIX – a guerra civil norte-americana – é também a primeira das grandes guerras industriais. As intervenções europeias na China e na África, lutas pela conquista de mercados, são as novas guerras coloniais.

Quase na mesma época em que o palácio imperial de Pequim arde nas chamas ateadas pelos exércitos europeus, as canhoneiras de ferro japonesas destroem a frota russa do Pacífico, na guerra russo-japonesa (1905). Daí por diante, a “europeização” do mundo passa a ser sua “universalização”. Não só não é mais possível escrever a história de um povo europeu sem considerar a dos outros. Tornou-se impraticável escrever a história de qualquer povo sem conhecer o mundo”. (*Grandes Personagens da História Universal*, 1972, p. 780).



RESUMO

“No início de 1848, o eminente pensador político francês Alexis de Tocqueville tomou a tribuna da Câmara de Deputados para expressar sentimentos que muitos europeus partilhavam: “Nós dormimos sobre um vulcão... Os senhores não percebem que a terra treme mais uma vez? Sopra o vento das revoluções, a tempestade está no horizonte”. Mais ou menos no mesmo momento dois exilados alemães, Karl Marx com trinta anos e Friedrich Engels com vinte e oito, divulgavam os princípios da revolução proletária para provocar aquilo que Tocqueville estava alertando seus colegas, no programa que ambos tinham traçado dias antes para a Liga Comunista Alemã e que tinha sido publicado anonimamente em Londres, por volta de 24 de fevereiro de 1848, sob o título (alemão) de *Manifesto do Partido Comunista*, “para ser publicado em inglês, francês, alemão, italiano e dinamarquês”. Em poucas semanas, ou, no caso do manifesto, em poucas horas, as esperanças e temores dos profetas pareceram estar na iminência a

realização. A monarquia francesa tinha sido derrubada por uma insurreição, a república proclamada e a revolução europeia tinha iniciado.

Tem havido um bom número de revoluções na história do mundo moderno, e certamente a maioria bem sucedidas. Mas nunca houve uma que tivesse se espalhado tão rápida e amplamente, se alastrando como fogo na palha por sobre fronteiras, países e mesmo oceanos. Na França, o centro natural e detonador das revoluções europeias... a república foi proclamada em 24 de fevereiro. Por volta de 2 de março, a revolução havia ganhado o sudoeste alemão; em 6 de março a Bavária, 11 de março Berlim, 13 de março Viena, e quase imediatamente a Hungria; em 18 de março Milão e, em seguida, a Itália. (...). Em poucas semanas nenhum governo ficou de pé numa área da Europa que hoje é ocupada completa ou parcialmente por dez estados, sem contar as repercussões em um bom número de outros. Além disso, 1848 foi a primeira revolução potencialmente global, cuja influência direta pode ser detectada na insurreição de 1848 em Pernambuco (Brasil) e poucos anos depois na remota Colômbia. Num certo sentido, foi o paradigma de um tipo de “revolução mundial” com o qual, dali em diante, rebeldes poderiam sonhar (...). Foi ao mesmo tempo a mais ampla e a menos bem sucedida deste tipo de revoluções. No breve período de seis meses de sua explosão, sua derrota universal era seguramente previsível; dezoito meses depois, todos os regimes que derrubara foram restaurados, com a exceção da República Francesa que, por seu lado, estava mantendo todas as distâncias possíveis em relação à revolução à qual devia sua própria existência.” (Hobsbawn, 1977, p. 29/30).



1. Destaque os principais aspectos das ondas revolucionárias da primeira metade do século XIX.
2. Sintetize a análise que Hobsbawn fez da Revolução da onda revolucionária de 1848.
3. Faça um pequeno texto sobre o projeto do proletariado urbano nos meados do século XIX.



PRÓXIMA AULA

A formação do Estado italiano será analisada na próxima aula, quando abordaremos o processo da unificação.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Delgado de. **História documental: moderna e contemporânea**. Rio de Janeiro: Record, 1976
- COSTA, Luís César Amad e MELLO, Leonel Itaussu A. **História Geral e do Brasil: da pré-história ao século XXI**. São Paulo: Scipione, 2008.
- FALCON, Francisco e MOURA, Gerson. **A formação do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Campus, 1985. (Contribuições em Ciências Sociais; 9)
- Grandes Personagens da História Universal**. Vol. IV. São Paulo: Abril Cultural, 1972
- HOBSBAWN, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. **A Era do Capital: 1848-1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. **Revolucionários. Ensaios contemporâneos**. Tradução de João Carlos, Vítor Garcia e Adelângela Saggiaro Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MARQUES, Adhemar, BERUTTI, Flávio e FARIA, Ricardo. **História Contemporânea através de textos**. São Paulo: Contexto, 1990. (Textos e documentos).
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Textos e documentos para o estudo da história contemporânea: 1789-1963**. São Paulo: HUCITEC, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.